



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia - Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

FEAM	
PROTOCOLO Nº	007280/2008
DIVISÃO:	FEAM
MAT.:	VISTO:

196
LNº
MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: COOPERATIVA AGROPECUARIA PARAISENSE LTDA. PROCESSO Nº 00475/2001/002/2006 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3724/2006 TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE PORTE: MÉDIO	RECURSO
---	---------

I – RELATÓRIO

A Cooperativa Agropecuária Paraisense LTDA. foi autuada em 24.04.2006 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, parcialmente modificado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 24.04.2008, pela FEAM, penalidade de advertência para que a empresa possa sanar as irregularidades constatadas, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa, no valor de R\$ 7.449,76.

O autuado apresentou Pedido de Reconsideração intempestivo. O vice-presidente da FEAM, em 20.07.2010 decidiu por não conhecer do Pedido de Reconsideração, convertendo a advertência em multa no valor de R\$ 7.449,76

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por descumprir determinação formulada por órgãos seccional de apoio, quanto ao encaminhamento à FEAM, dos relatórios de monitoramento dos efluentes líquidos, solicitados via e-mail no dia 13.12.2004; e



Programa de Auto-monitoramento de resíduos sólidos, solicitados por meio do Ofício DIALE 319/2004. (fl. 2)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- A empresa cumpre com as determinações de automonitoramento de efluentes líquidos e resíduos sólidos desde 2006, momento que foi iniciada a operação de tratamento.
- Em contagem rigorosa do prazo a partir da notificação é notável a tempestividade da defesa, já que a empresa somente recebeu a notificação, no mínimo, quatro dias depois da que consta na sua data.
- A empresa demonstrou boa-fé em atender os prazos devidos.
- Requer que a decisão que negou a defesa seja revista, excluindo a multa aplicada.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

No que tange à intempestividade da petição apresentada pelo autuado à fl. 11, não há que se reformar a decisão de não conhecimento do Pedido de Reconsideração. Com efeito, conforme consta no AR de fl. 10, o autuado foi notificado da decisão de aplicação da penalidade de advertência em 16.05.2008, por meio do Sr. Roberto A. Domingos. Considerando que o prazo para apresentação de Pedido de Reconsideração era de 20 dias, o autuado deveria tê-lo apresentado até o dia 09.06.2008. Protocolizada a petição em prazo posterior (dia 19.06.2008), é latente a sua intempestividade.

O autuado confessa em sua peça de defesa que passou a realizar o automonitoramento a partir do mês 05/2006 (fl. 11), ou seja, após a autuação, devendo ser mantida, portanto, a penalidade de multa aplicada.

A penalidade de multa foi aplicada em consonância com o porte do autuado e a gravidade da infração, não havendo que se falar em sua redução.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa. No caso em apreço, a penalidade de multa do novo Decreto é mais gravosa ao autuado, devendo ser mantido o valor da multa anteriormente imputado.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 7.449,76, por ser mais benéfica



ESTADO DE MINAS GERAIS



Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008 e do art. 19, §2º, item 2 do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/2002.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: 



Rosanilda da Lapa Gonçalves Arruda
Analista Ambiental / FEAM
MASP 1059325-9